

ANÁLISE DAS AÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE) DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2016 A 2019

ANALYSIS OF THE ACTIONS OF THE SUPPORT CENTER FOR PEOPLE WITH SPECIFIC EDUCATIONAL NEEDS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF NORTHERN MINAS IN THE PERIOD FROM 2016 TO 2019

Gisele de Cássia Gusmão¹

RESUMO

O Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), em especial, oferece cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio), presenciais e a distância, cursos técnicos PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos), FIC (Formação Inicial e Continuada), cursos superiores (tecnologia, bacharelado e licenciatura) e pós-graduação. Adicionalmente, faz parte da política dos IFs o apoio ao estudante público-alvo da educação especial (PAEE) a partir da manutenção de núcleos de apoio. Um desses núcleos é o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) responsável pela promoção de ações na maioria dos IFs para o atendimento dos estudantes PAEE, sendo uma das possibilidades de atuação do professor de Educação Especial. Desta forma, no presente estudo, questiona-se em que medida as ações do NAPNE/IFNMG contribuem para a fomentação da cultura da educação para a convivência e aceitação das pessoas com necessidades específicas. Objetivamente busca-se discutir se as ações realizadas pelo Napne nos diversos *campi* do IFNMG estão em consonância com seus objetivos conforme o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE/IFNMG) através de uma pesquisa documental e qualitativa. Conclui-se que o Napne tem movimentado a comunidade escolar com ações de inclusão do PAEE desde servidores a alunos, no entanto não tem cumprido plenamente seus objetivos. Apesar dos núcleos não estarem estagnados, pressupõe que a falta de recurso financeiro específico para o Napne contribui para o não cumprimento pleno de suas competências.

Palavras-chave: Educação Especial; Instituto Federal do Norte de Minas; NAPNE.

ABSTRACT

The Federal Institute of Northern Minas (IFNMG), in particular, offers high school technical courses (in the integrated, concomitant and subsequent to high school modalities), in-person and distance technical courses PROEJA (Program for the Integration of Professional Education to Teaching Medium in the Youth and Adult Education modality), FIC (Initial and Continuing Education), higher courses (technology, bachelor's and licentiate's) and post-graduation. Additionally, it is part of the IFs policy to support the target public student of special education (PAEE) through the maintenance of support centers. One of these centers is the Support Center for People with Specific Educational Needs (Napne), responsible for promoting actions in most of the IFs for the assistance of PAEE students, being one of the possibilities of action of the Special Education teacher. Thus, in this study, it is questioned to what extent the actions of the NAPNE/IFNMG contribute to the promotion of the culture of education for the coexistence and acceptance of people with specific needs. Objectively, we seek to discuss whether the actions carried out by Napne in the various IFNMG campuses are in line with its objectives according to the Regulation of the Service Center for People with Specific Needs (NAPNE/IFNMG) through documentary and qualitative research. It is concluded that Napne has moved the school

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa. Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Montes Claros. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso, Gestão Empresarial pela Faculdade Única de Ipatinga e, em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

community with actions of inclusion of the PAEE from civil servants to students, however it has not fully fulfilled its objectives. Although the centers are not stagnant, it assumes that the lack of specific financial resources for Napne contributes to the non-fulfillment of its competences.

Keywords: Special Education; Federal Institute of Northern Minas Gerais; NAPNE.

1. INTRODUÇÃO

Em 06 de julho de 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

Em seu art. 2º entende-se que a pessoa com deficiência

é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Assim, justifica-se o presente estudo haja vista que os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) têm sido referência para a educação do estudante público-alvo da educação especial (PAEE) no contexto da Rede Profissional e Tecnológica diferentemente da rede regular de ensino como aponta Vilaronga et al. (2021, p.283),

a qualidade do atendimento educacional na escolarização de alunos público-alvo da educação especial (PAEE) na rede regular de ensino, na maioria dos casos, ainda está aquém do esperado, principalmente quando se tem número expressivo de matrículas de estudantes incluídos em classes comuns do ensino regular, pouco investimento para torná-las acessíveis, falta de profissionais especializados e outros empecilhos encontrados no dia a dia dessas instituições.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

A esta foi acrescida a inclusão das pessoas com deficiência no público-alvo mediante o art. 5º da Lei nº 13.409/2016, fator que possibilitou a ampliação de matrículas de estudantes PAEE no contexto dos institutos (Brasil, 2016).

Mais recentemente, em 30 de setembro de 2020, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida e em seu parágrafo 1º apresenta as disposições gerais e definições dos termos-chave da Política, como segue:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2020).

Uma política educacional equitativa é um conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade (Brasil, 2020).

Somente há efetiva inclusão quando essa equidade é garantida. O paradigma da equidade deve ser destacado, pois aponta para a necessidade de que o trabalho pedagógico garanta o uso de serviços e recursos diferenciados que visem ao alcance de oportunidades iguais (Brasil, 2020).

Zerbato et al. (2020) por meio de análise de políticas públicas dedicadas ao acesso e à permanência de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) constatam que os IFs têm gradativamente assegurado a oferta de vagas a esse público.

Os Institutos Federais de Educação têm como objetivo promover o desenvolvimento de ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. O ingresso desses discentes PAEE no contexto dos IFs é realizado por meio de editais de seleção com previsão de reserva de vagas específicas para alunos com deficiência relacionada à vulnerabilidade social e a outras características historicamente excluídas, por meio da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012).

Todavia, compreende-se que a garantia do acesso não compromete diretamente à implementação de políticas educacionais, de âmbito nacional, que oportunizem condições de permanência e de aprendizagem desses estudantes para conclusão do curso nas instituições (Marques, 2014).

Os IFs, em particular, oferecem um ensino verticalizado na educação profissional e tecnológica. O IFNMG, em especial, oferece cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio), presenciais e a distância, cursos técnicos PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos), FIC (Formação Inicial e Continuada), cursos superiores (tecnologia, bacharelado e licenciatura) e pós-graduação. Todos são inteiramente gratuitos (IFNMG, 2021).

Adicionalmente, faz parte da política dos IFs o apoio ao estudante PAEE a partir da manutenção de núcleos de apoio (Vilaronga et al., 2021).

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é o órgão responsável pela promoção de ações na maioria dos IFs para o atendimento dos estudantes PAEE, sendo uma das possibilidades de atuação do professor de Educação Especial.

O NAPNE foi criado por meio de uma das ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP), que visava, entre suas medidas, a construção de uma política pública inclusiva que oportunizasse "condições de acesso ao público-alvo da Educação Especial nos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Tecnológica, garantindo-lhes, assim, a inserção no mundo do trabalho e, por conseguinte, independência econômica" (França; Teixeira, 2016, p. 66).

Neste sentido, tem-se que:

Art. 2º. O NAPNE tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, além de buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão dos discentes e servidores com necessidades específicas² (Redação dada pela Resolução Consup nº 16, de 22 de maio de 2019).

Nesse contexto, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) têm sido referência para a educação do estudante público-alvo da educação especial (PAEE) no contexto da Rede Profissional e Tecnológica e têm realizado diferentes ações também, em especial, no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) o qual foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, através da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Januária e da Escola Agrotécnica

² Consideram-se pessoas com necessidades específicas, para fins deste regulamento, aquelas que possuem alguma deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos globais do desenvolvimento (IFNMG, 2019).

Federal de Salinas (EAF), instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta da educação profissional. Atualmente, agrega onze campi – Campus Almenara, Campus Araçuaí, Campus Arinos, Campus Diamantina, Campus Avançado Janaúba, Campus Januária, Campus Montes Claros, Campus Pirapora, Campus Avançado Porteirinha, Campus Salinas e Campus Teófilo Otoni – e a Reitoria, sediada em Montes Claros.

O NAPNE/IFNMG é um núcleo consultivo e de assessoramento, vinculado às Direção-Geral dos *Campi* e à Diretoria de Assuntos Estudantis e Comunitários/Núcleo de Ações Inclusivas – NAI/DAEC, que articula as Diretrizes da Política de Educação Inclusiva vinculada ao Ministério da Educação - MEC (IFNMG, 2019).

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, além de buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão dos discentes e servidores com necessidades específicas (IFNMG, 2019). Conforme seu Regulamento são objetivos do NAPNE:

- I. criar e apoiar na instituição a cultura da educação para a convivência e aceitação das pessoas com necessidades específicas. (Redação dada pela Resolução Consup nº 16, de 22 de maio de 2019.)
- II. implementar estratégias que garantam o ingresso, acesso, permanência e saída com êxito dos discentes com necessidades específicas em todos os níveis, modalidades e suas instâncias (ensino, pesquisa e extensão), bem como a inserção no mundo produtivo e social;
- III. atuar, de forma colaborativa, em todos os setores do campus, com a finalidade de romper as barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e educacionais;
- IV. contemplar políticas de inclusão de pessoas com necessidades específicas na elaboração dos Projetos Pedagógicos da unidade de ensino.

O Art. 2º do Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal do Norte de Minas em seu parágrafo único diz que são consideradas “pessoas com necessidades específicas, para fins deste regulamento, aquelas que possuem alguma deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos globais do desenvolvimento”. Ressalta-se que a garantia efetiva dos direitos fundamentais à educação depreende-se de se observar o processo de inclusão não restrito apenas a discussões teóricas, mas as ações práticas que se têm sido feito a respeito.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é discutir a atuação do NAPNE/IFNMG a partir das ações promovidas pelo Núcleo nos diversos *campi* do IF. Especificamente, busca-se formalizar essa

discussão em consonância com o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE/IFNMG o qual formaliza a proposta de atuação do núcleo. Adicionalmente, questiona-se em que medida as ações do NAPNE/IFNMG contribuem para a fomentação da cultura da educação para a convivência e aceitação das pessoas com necessidades específicas.

É sabido que algumas práticas educacionais trazem resultados positivos e potencializam o aprendizado dos educandos, enquanto outras não produzem resultados satisfatórios. Avaliando as evidências científicas sobre a eficácia de diferentes práticas com crianças e jovens com características diferentes, descobrimos aquelas que têm maior potencial para beneficiar a cada um (PNEE, 2020).

Ainda segundo a Política Nacional de Educação Especial, as pesquisas científicas são instrumentos que trazem evidências sobre os resultados dos processos educacionais possibilitando aos educadores e demais envolvidos no processo “identificar métodos e práticas eficientes para suas práticas interventivas no cotidiano escolar” (PNEE, 2020 p.37).

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa. Em relação à coleta e tratamento dos dados levantados fundamentou-se na pesquisa documental. Na pesquisa documental utiliza-se fontes primárias, ou seja, dados e informações que até então não foram tratados de forma científica ou analítica. Recorre-se a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p. 32).

Já na abordagem qualitativa a análise ocorre a partir da não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (Viera; Zouain, 2006; Bardin, 2011). Neste procedimento metodológico, o pesquisador é o instrumento-chave, sendo o ambiente a ser considerado a fonte direta dos dados e não requerendo o uso de técnicas e métodos estatísticos (Godoy, 1995).

Para o alcance do objetivo proposto no presente estudo foram analisados no portfólio de ações do NAPNE/IFNMG - disponibilizado na página oficial do Instituto³ – as 25 ações que o compõe.

³ Página oficial do Napne/IFNMG: <https://www.ifnmg.edu.br/napneifnmg>

Ressalta-se que foram analisadas as ações divulgadas no período de abril de 2016 a dezembro de 2019. Também foi utilizado documento oficial normativo de atuação do NAPNE/IFNMG, neste caso, o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas contrastando a discussão de como as ações praticadas pelo núcleo têm alcançado os objetivos propostos no regulamento citado.

O percurso metodológico foi realizado da seguinte forma: levantamento das ações do núcleo dispostas em seu portfólio e leitura minuciosa das atividades praticadas nessas ações. Por fim, os documentos foram analisados e contrastados com os objetivos apresentados no regulamento do núcleo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da análise do portfólio do Napne/IFNMG foi realizada uma leitura de todas as suas ações nos diversos *campi* do IFNMG apresentadas no Quadro 1.

Observa-se no Quadro 1 que dos 11 *campi* do IFNMG foram encontrados no portfólio do Napne ações desenvolvidas em 09 *campi* do IF são eles: Campus Almenara, Campus Araçuaí, Campus Arinos, Campus Januária, Campus Montes Claros, Campus Pirapora, Campus Avançado Porteirinha, Campus Salinas e Campus Teófilo Otoni.

Quadro 1 - Ações do Napne/IFNMG

Evento	Atividades Desenvolvidas	Campi
(1) Minicurso "O Cotidiano da escola Inclusiva"	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), um indispensável instrumento de acompanhamento do aluno com necessidades específicas.	Teófilo Otoni
(2) II Seminário de Educação Inclusiva	Capacitação de professores para ações de atendimento de alunos com necessidades específicas; Preenchimento do PIA (Plano Individual de Atendimento); Minicursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais); Mostra de Materiais Adaptados; e Visita à Casa Sensorial	Porteirinha
(3) Evento de conscientização acerca do Setembro Azul ⁴ e do Setembro Verde	Roda de Conversa intitulada: "Empatia e Inclusão: conhecer para valorizar"	Porteirinha
(4) Setembro Surdo	Conscientizar a comunidade escolar sobre acessibilidade e respeito às diferenças.	Januária

⁴ O azul destaca a causa dos surdos, dando visibilidade à comunidade surda, suas lutas e conquistas, visando uma maior inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é o segundo idioma oficial do Brasil. Já o Setembro Verde marca a luta pela inclusão das pessoas com deficiência, e é celebrado nacionalmente desde 1982, no dia 21 de setembro (IFNMG, 2021).

	Comemorar as conquistas alcançadas pela comunidade Surda ao longo dos anos. Participação dos alunos surdos, os quais realizaram a abordagem da temática em questão, com apresentação de teatro, CINELIBRAS e explanação sobre a trajetória de lutas e conquistas da Comunidade Surda	
(5) Projeto “Uma luz na escuridão: casa sensorial”	Por meio da simulação de uma casa, toda projetada no escuro, os servidores da Reitoria do IFNMG - tiveram a oportunidade de vivenciar como é o cotidiano de uma pessoa com deficiência visual.	Montes Claros
(6) II Semana Azul	Programação da Semana Azul propiciará ao público a oportunidade de conhecer melhor a língua, a cultura e os processos educacionais voltados às pessoas surdas.	Montes Claros
(7) Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Intelectual	Realizou duas sessões de cinema comentado, com o filme “Meu nome é Rádio” Palestras relacionadas à acessibilidade e inclusão das pessoas com necessidades específicas, buscando dialogar com a comunidade, despertar reflexões e encontrar estratégias para garantia de direitos.	Araçuaí
(8) Palestra sobre Aprendizagem e os Transtornos do Desenvolvimento para professores e técnicos administrativos deste campus.	Palestra de temas como inteligência, memória, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Espectro Autista, Dislexia, Discalculia, Disortografia e a influência da tecnologia no processo de aprendizagem.	Salinas
(9) Primeira Semana de Experiências do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - I SENAPNE.	Palestra para refletir o papel inclusivo do IFNMG; Roda de Conversa sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência Auditiva; Apresentação de Estratégias para o Ensino Inclusivo, com Foco no Atendimento do Estudante com Deficiência visual; Desfile de Modas Inclusivo; e Relato sobre História de Vida, além de Visita à Casa Sensorial.	Januária
(10) Abraço grátis: recepção dos alunos novatos	Atividades, palestras, vídeos educativos, atividades de acolhida e apadrinhamento das turmas durante toda a semana.	Pirapora
(11) I Semana de Experiência do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas	Palestras, rodas de conversa, visita a casa sensorial oficinas e desfile de modas inclusivo	Januária
(12) Educação Permanente para a Inclusão	Rodas de Conversa sobre a educação inclusiva Estimular a criação de grupos de estudos sobre este tema, transpondo as barreiras educacionais, comunicacionais e atitudinais na instituição, garantindo o ingresso, a permanência e êxito desses alunos.	Teófilo Otoni
(13) Projeto Casa Sensorial: uma luz na escuridão	Mostrar a sociedade o potencial para o trabalho das pessoas cegas.	Salinas
(14) Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho	Rodas de conversa com depoimentos da educação especial .	Januária
(15) Ações inclusivas no campus	Reunião com estudantes, com e sem deficiência, dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e de cursos superiores, momento em que os alunos fizeram uma retrospectiva, em relação ao acolhimento e inclusão dos estudantes com deficiência	Januária
(16) I Chá com Libras	Unir e promover a interação de surdos e ouvintes em um momento de entretenimento e descontração.	Montes Claros
(17) Seminário de Educação Inclusiva: Práticas Pedagógicas para Pessoas com Surdez,	Palestras e oficinas para subsidiar o trabalho de professores que atuam ou desejam atuar na área da Inclusão na rede pública de educação.	Januária

Baixa Visão e Cegueira		
(18) Seminário de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva do IFNMG	Além de palestras, mesas redondas, oficinas e relatos de experiências exitosas, o Seminário promoveu: O primeiro encontro dos tradutores e intérpretes de língua de sinais dos <i>campi</i> do IFNMG; O quarto encontro dos servidores responsáveis pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades específicas (NAPNE); e O primeiro encontro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas do IFNMG (NEABI). A Casa Sensorial, um espaço que reproduz a organização de uma casa de deficiente visual, foi montada em uma sala do Campus, e os participantes puderam visitá-la guiados por cegos.	Montes Claros
(19) IV SEPTI - Seminário de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva do IFNMG	O evento contou com palestras, encontros e mesas redondas para discutir desafios e estratégias das políticas de inclusão.	Montes Claros
(20) I Seminário do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE	Debates atuais sobre o desenvolvimento da educação para a convivência, com a oferta de exposições formativas e informativas sobre questões que envolvem o cotidiano das pessoas com necessidades específicas, as quais enfrentam desafios devido às limitações físicas, psíquicas, psicológicas, sociais, auditivas, visuais, dentre outras.	Teófilo Otoni
(21) Setembro Azul	Conto de histórias, apresentação de teatro e música em Libras, e foram ensinados o alfabeto e sinais básicos às crianças	Salinas
(22) Jornada Pedagógica	Discussão de temas sobre a educação inclusiva de pessoas com necessidades específicas, dentre eles o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	Arinos
(23) Capacitação de Introdução à Libras	Apresentar aos servidores conhecimentos básicos da Língua Brasileira de Sinais e assim estreitar ainda mais a relação entre os professores e os discentes com deficiência auditiva.	Porteirinha
(24) Minicurso sobre atendimento inclusivo	A psicóloga e presidente do Napne – Campus Salinas, Alessandra Sarmiento, apresentou algumas orientações que as pessoas podem seguir nos seus contatos com os deficientes físicos. E a pedagoga, Lidiane Brito, fez algumas orientações sobre o atendimento às pessoas surdas e as pessoas com deficiência visual.	Salinas
(25) II Seminário de Educação Profissional e Tecnologias Inclusivas (SEPTI) do IFNMG	Palestra, mesas redondas e oficinas com o objetivo de debater conceitos como inclusão escolar, diversidade, tecnologias assistidas e acessibilidade.	Araçuaí

Fonte: IFNMG (2021)

Do total de 25 ações divulgadas no portfólio, o *campi* de Januária foi o que mais desenvolveu ações para o PAEE totalizando 6 ações, seguido dos *campi* de Montes Claros e Salinas com 5 ações cada; *campi* de Teófilo Otoni e Porteirinha com 3 ações; *campi* de Araçuaí com 2 ações e, por fim, os *campi* de Pirapora e Arinos com 1 ação cada. A partir do Quadro 1 pode-se observar o cumprimento de alguns dos objetivos contidos no regulamento do NAPNE/IFNMG.

Em relação ao objetivo I que é “*criar e apoiar na instituição a cultura da educação para a convivência e aceitação das pessoas com necessidades específicas*” observa-se que em todas as

ações – de (1) a (25) - o propósito foi de estreitar a relação da comunidade em geral junto ao PAEE para maior compreensão e entendimento da realidade e barreiras enfrentadas por esse público-alvo.

No que tange o objetivo II disposto no Art. 5º do regulamento que é *“implementar estratégias que garantam o ingresso, acesso, permanência e saída com êxito dos discentes com necessidades específicas em todos os níveis, modalidades e suas instâncias (ensino, pesquisa e extensão), bem como a inserção no mundo produtivo e social”* não foram observadas ações específicas que atendem integralmente tal objetivo. No entanto, pode-se citar as ações (13), (14) e (19) que objetivaram apresentar o potencial das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho.

Já em relação ao objetivo III do regulamento em que busca-se *“atuar, de forma colaborativa, em todos os setores do campus, com a finalidade de romper as barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e educacionais”*, observou-se que o Napne apresentou o Projeto *“Uma luz na escuridão: casa sensorial”* que por meio da simulação de uma casa, toda projetada no escuro, os servidores da Reitoria do IFNMG - tiveram a oportunidade de vivenciar como é o cotidiano de uma pessoa com deficiência visual.

Observou-se também que as ações – (1), (2), (17), (18), (22), (23) e (24) - tiveram atividades desde a capacitação de professores e servidores para o atendimento ao PAEE, a capacitação de orientação na confecção de documentos pedagógicos específicos para o PAEE por meio de oficinas e minicursos o que alcança o objetivo IV formulado no Art. 6º do em que se busca: *“contemplar políticas de inclusão de pessoas com necessidades específicas na elaboração dos Projetos Pedagógicos da unidade de ensino”*.

Ademais, foram promovidas rodas de conversa e eventos de conscientização de estudantes e servidores sobre as dificuldades do cotidiano de alunos especiais, em particular, a oportunidade de participar do projeto Casa Sensorial, que é um espaço onde as pessoas podem experimentar a sensação da deficiência visual, sendo auxiliadas por pessoas cegas, que desenvolvem dinâmicas que reproduzem atividades do dia a dia. É um ambiente que simula uma moradia comum, porém totalmente no escuro, que recebe visitantes que, com os olhos vendados, são guiados por cegos, a fim de que essas pessoas vivenciem a privação do sentido da visão e que assim reconheçam que é possível ter uma vida normal nessas condições.

Pode-se concluir que diante do que foi exposto, observando o IFNMG como um todo, foram realizadas ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao estudante PAEE, cumprindo-se, parcialmente, os objetivos da proposta de criação do núcleo. Também foram feitas ações com as diferentes especificidades, como o evento nos campi de Salinas que promoveu o encontro com o tema “Transtornos do Desenvolvimento, englobando temas como inteligência, memória, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Espectro Autista, Dislexia, Discalculia, Disortografia e a influência da tecnologia no processo de aprendizagem”.

Porém, observou-se uma maior predominância para o estudante surdo, além daquelas de capacitação de professores e servidores. Entende-se, na análise individual dos *campi*, que existem ações sendo realizadas, embora o núcleo não tenha cumprido plenamente os seus objetivos. Acredita-se que a falta de financiamento específico para as ações do Napne seja um dos entraves, uma vez que esses núcleos não fizeram parte do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)⁵, e, portanto, não foram contemplados nas políticas públicas.

Adicionalmente, ressalta-se que a movimentação de ações de inclusão escolar está estagnada desde 2019 pressupondo-se que seja resultado do contexto da pandemia do Covid-19 que impediu eventos abertos ao público e que pudessem propiciar aglomeração.

Ademais, acredita-se que com a Lei da Transparência as ações desenvolvidas pelo Napne estejam todas expostas em seu portfólio de ações e, desta forma, não foi utilizada outra fonte de informações que não seja o site oficial do IFNMG dedicado ao Napne, sendo esse um limite da pesquisa.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo buscou analisar se as ações realizadas pelo Napne nos diversos *campi* do IFNMG estão em consonância com seus objetivos conforme o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE/IFNMG) questionando em que

⁵ O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (MEC, 2021). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>

medida as ações contribuem para a fomentação da cultura da educação para a convivência e aceitação das pessoas com necessidades específicas.

Observou-se que diversas ações possibilitaram o alcance parcial dos objetivos listados no regulamento do Napne/IFNMG alcançando servidores e alunos. Percebeu-se que dentre o público-alvo de educação especial os surdos e os de deficiência visual foram os mais contemplados com ações promovidas pelo núcleo. No entanto, não foi observada qualquer ação relacionada à implementação de estratégias que garantam o ingresso, acesso e saída com êxito dos discentes com necessidades específicas em todos os níveis, modalidades e suas instâncias (ensino, pesquisa e extensão). Dos 11 *campi* do IFNMG, apenas 9 *campi* aparecem no portfólio do Napne com a divulgação de ações. Pressupõe-se que a falta de financiamento específico para as ações do Napne seja um dos entraves, uma vez que esses núcleos não fizeram parte do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), e, portanto, não foram contemplados nas políticas públicas o que prejudica a atuação do Napne. Ressalta-se que mesmo diante dessa dificuldade o núcleo tem, dentro do possível, promovido ações por meio de palestras e práticas que buscam uma melhor inclusão do PAEE no ambiente escolar, mesmo que em situações pontuais. Ou seja, mesmo não atingindo uma situação ideal de inclusão escolar nos *campi*, não estão estagnados, embora o contexto da pandemia do Covid-19 impossibilitou que ações pudessem ser realizadas no ano de 2020 e até o presente momento devido às medidas restritivas. Conclui-se que ainda deve-se rever o que impede o Napne de cumprir plenamente a sua proposta de criação e atuação. Por fim, acredita-se que com a Lei da Transparência as ações desenvolvidas pelo Napne estejam todas expostas em seu portfólio de ações e, desta forma, não foi utilizada outra fonte de informações que não seja o site oficial do IFNMG dedicado ao Napne, sendo esse um limite da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: Seção 1, Edição 189, p. 6. Brasília, 2020. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm.
- Fonseca, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC.

- França, M. G., & Teixeira, R. I. de O. (2016). Políticas de Educação Especial no Ensino Médio e Educação Profissional: Um olhar para o contexto do Instituto Federal do Espírito Santo. In S. L. Victor, & I. M. de Oliveira (Org.), Educação Especial: política e formação de professores (pp. 61-78).
- Godoy, A. S. (1995). A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 35(4), 65-71.
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). (2021). <https://portal.ifnmg.edu.br/ifnmg/conheca>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). (2019). Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). Minas Gerais, <https://www.ifnmg.edu.br/napneifnmg>
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 3.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Seção 1, p. 3.
- Marques, C. L. (2014). Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15892/1/2014_ClaudiaLuizaMarques.pdf
- Ministério da Educação. Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir). <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>
- Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 05 out. 2009. Seção 1, 17-17. <https://www.jusBrasil.com.br/diarios/897119/pg-17-secao-1-diariooficial-da-uniao-dou-de-05-10-2009>
- Vilaronga, C. A. R; Silva, M. O. da, Franco, A.B. M., & Rios, G. A. (2021). Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, 102(260), 283-307.
- Zerbato, A. P., Vilaronga, C. A. R., & Santos, J. R. (2021). Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, 27, e0196, 319-336.